



REUNIÃO COM REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS SOBRE COMUNIDADE CAMPO ALEGRE

Aos dias 09 de março de 2010, às 15h, compareceram à sede do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ, à sala da Presidência, o Sr José Anunciação - Técnico em Agropecuária (2665.7794/8875.4831), o Dr. André Bianchi, Subsecretário de Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura de Queimados; Dra Valéria, Arquiteta e o Sr Paulo César, Assessor Técnico da Sec. de Agricultura e Leila (Secretaria de Estado de Habitação), para tratar da situação fundiária nas regionais em Campo Alegre, no município de Queimados: Fazendinha; Terra Nova; Capoeirão; Chapadão, Mutirão da Fé e Vila Grande., para reunião com o Presidente do ITERJ, Leonardo Azeredo dos Santos, o Diretor de Regularização Fundiária, Walter Elycio, a Assessora de Planejamento, Silvia Sprei, a Gerente de Assentamentos, Denise Quadros e a Assessora Lara Massi.

O Presidente se apresentou e apresentou os funcionários do ITERJ presentes na reunião.

O objetivo da reunião é tratar da regularização fundiária da comunidade Campo Alegre. O Presidente explicou as dificuldades em concluir a regularização fundiária desta comunidade.

Informou que a regional Marapicu, que tinha os maiores complicadores, acabou sendo regularizada pelo Município e hoje é a que se encontra em estágio mais avançado de regularização fundiária.

O Presidente informou da disposição do ITERJ em realizar parcerias para tentar resolver a questão de forma mais breve.



O Sr. José informou que trabalhou em Campo Alegre em 1989, inclusive com alguns funcionários do ITERJ. Informou que estão sendo feitas modificações no plano diretor, e estas modificações refletirão na comunidade.

O Sr. André explicou que com o Plano Diretor foi realizado um zoneamento macro e agora será necessário detalhar este zoneamento. Analisando plantas de Campo Alegre constataram uma série de conflitos fundiários na área. Há necessidade de expansão do distrito industrial, entretanto, considerando a situação peculiar da área, pretendem que o ITERJ auxilie informando a melhor forma de operar esta expansão.

O Diretor de Regularização Fundiária narrou um histórico da comunidade, informando que os decretos expropriatórios versando sobre a área teriam caducado. Hoje não há incidência de qualquer decreto e a área não é de propriedade do Estado. Existem alguns casos de desapropriação indireta.

A comunidade é composta por aproximadamente 23.000 (vinte e três mil lotes), onde existem as mais diversas situações jurídicas, cada qual demandando uma medida específica. Por se tratar de área privada, foi sugerida a regularização da área urbana seja feita através da legitimação de posse por auto de demarcação urbanística. O Presidente explicou como funciona este instrumento.

O Diretor de Regularização Fundiária explicou que os processos judiciais referentes a Campo Alegre estão sob responsabilidade da PGE. O Presidente manifestou seu desejo de obter cópia de alguns documentos e mapas que instruam estes processos. Seria necessário realizar um mapeamento das sete regionais.



A Gerente de Assentamentos informou que está sendo feito cadastro socioeconômico na comunidade, através da empresa NANTES, para traçar o perfil dos ocupantes. A realização de topografia na área seria de custo muito elevado e poderia acabar beneficiando uma parcela de ocupantes que não tem perfil para serem atendidos pelo ITERJ.

A Assessora de Planejamento informou que o ITERJ apenas dispõe da planta original do loteamento, sem atualizações.

O Presidente destacou a importância deste mapeamento, uma vez que é preciso determinar quais lotes já foram indenizados e quais lotes ainda não foram indenizados. Informou que a topografia desta comunidade é inviável para o ITERJ, entretanto, sugeriu uma parceria com o Município para viabilizar este projeto.

É preciso identificar os moradores que já receberam indenização do Estado. Depois será necessário identificar cada situação jurídica dos moradores remanescentes.

Cogitou-se recorrer ao Ministério das Cidades para realização de topografia na área. Solicitou que a Assessora de Planejamento estude esta possibilidade. A Assessora de Planejamento também cogitou auxílio do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Município também pretende tentar a obtenção de verbas para realização de topografia.

Foi apresentada planta disponível no ITERJ. Foi feita a ressalva de que a planta não abarca todos os lotes do assentamento.



Foi informado que vem sendo obtido financiamento através do PRONAF para alguns moradores, mesmo sem regularização.

Também pode ser tentada obtenção de recursos junto ao BNDES. A Assessora de Planejamento informou que existia projeto de regularização para uma área piloto. Foi realizada uma atualização de cadastro desta área específica. Sugeriu que sejam trabalhadas glebas, em etapas, considerando a grande extensão da área e a complexidade jurídica. Sugeriu que a área denominada "Fazendinha" seja escolhida como área para desenvolver projeto piloto de regularização fundiária. Caso seja bem sucedido, esta modalidade de regularização poderá ser estendido às demais localidades.

Foi informado que a ocupação da área "Fazendinha" é heterogênea, a área é ocupada por produtores rurais (predominantemente criadores de porcos) e área urbana.

O Diretor de Regularização Fundiária informou que a PGE remeteu ao ITERJ laudos de avaliação de duas regionais (Chapadão e Capoeirão) e forneceu cópia aos presentes.

O Presidente acredita que a melhor opção seja fazer a regularização por regionais, iniciando-se por Fazendinha.

Os presentes manifestaram interesse em assinar Termo de Cooperação Técnica. O Presidente apresentou minuta. Informou que o Município pode disponibilizar técnicos para viabilizar esta regularização ou realizar contratação de serviços terceirizados.

Albert

Terça Feira

23324249
25965843

93059803

Pr. Arnaldo

02 junho

Reunião com
o Terce

/